

malmente com os brasileiros que valorizam a “tradição portuguesa” — êste é o caminho brasileiro, o caminho africano e asiático, o caminho do chamado Terceiro Mundo, único caminho pelo qual podemos ser fiéis ao que Portugal representou nos séculos de nossa formação e ao qual está sendo, agora, infiel. E, numa idéia que, pelo visto, seria talvez cara aos dois Poetas aqui comparados, bem pode ser que o olhar claro e iluminado da Crítica venha um dia, com sua lucidez de Argus, dar um corpo consistente e inteligível àquilo que por enquanto é apenas uma Visagem — o sonho poético de um simples e modesto visionário.

ROMANCES DE GRACILIANO RAMOS A REINVINDICAÇÃO SOCIAL NO DIÁLOGO

JOEL PONTES

Uma primeira observação de quem estuda o diálogo nos romances de Graciliano Ramos: *Caetés* (1933) tem que ser examinado à parte. Levando-se em conta que só foi publicado cinco anos depois de escrito (R. Morel Pinto, op. cit.) ou nove anos depois (H. Pereira da Silva, op. cit.) mas sobretudo examinando-se o que significa junto aos demais romances, pode-se dizer com justiça que o diálogo aí aparece muito e vale pouco enquanto nas obras posteriores de Graciliano Ramos dá-se exatamente o contrário: por ser escasso e utilizado em última instância, sobe de valor como componente estético e documento da realidade.

Em *S. Bernardo* (1934) e *Angústia* (1936), romances de pessoa como o anterior, os personagens-autores preferem contar o conversado a conversar diretamente, e no romance de 3ª. pessoa, *Vidas Secas* (1938), uma explicação inicial que aqui vai transcrita nos poupa, de momento, a maiores detalhes: “Ordinariamente a família falava pouco. E depois daquele desastre viviam todos calados, raramente soltavam palavras curtas” (p. 12).

Escritor de emoção recolhida e muito cuidadoso de evitar as redundâncias e incoerências naturais da conversa. Graciliano Ramos refugia-se na vida interior dos personagens, reduzindo assim a pensamentos e frases soltas tudo aquilo que podia ter expressão no diálogo e desta maneira reforçar o fundo social tão nítido que acompanha seus romances à guisa de paisagem. Além disso, êle focaliza os personagens em momentos de crise, quando examinam a vida em busca de uma ordenação mental num ato que é também de purgação de culpas. Então, por essa

limitação consciente de meios estéticos e por essas específicas finalidades, o diálogo cresce de importância no relativo às reivindicações sociais, como protesto direto do autor mistura ao personagem, que salta assim do plano da reflexão para o da ação. Apesar disso, o diálogo se reduz frequentemente ao mínimo essencial de pergunta e resposta ou se dissolve no texto narrado sem chegar a constituir-se, e no entanto essas partículas não podem ser desprezadas pelo muito que esclarecem a respeito do pensamento principal. Certas perguntas sem resposta e certas respostas a perguntas que não foram feitas deixam no ar significações pesadas e iniludíveis. É que, seja claro ou subentendido, o diálogo completa a narração como se estivesse ilustrando uma teoria. Aparece como enunciado ou termo final, sempre dependente da análise dos fatos. Se avulta em alguma cena para apressar o ritmo ou liquidar uma situação, só em poucas oportunidades vale por si só como unidade que pudésemos destacar para daí sacar conclusões. Não seria fora de propósito lembrar o diálogo subjacente das pessoas taciturnas.

Temos, pois, como resumo:

- a) o diálogo tradicional, recurso extremo.
- b) o diálogo sintetizado sob forma de narração.
- c) a frase solta com o travessão significativo, como se personagem estivesse contestando a alguém ausente ou inexistente — no mais das vezes a repetição monótona de palavra ou frase curta.

De tudo isso resulta que, ao considerarmos a reivindicação social sob um aspecto reduzido de técnica novelística, não devemos perder de vista cada romance como um todo e a maneira como o conjunto deles vai se transformando à medida em que os títulos vão surgindo.

Desde logo é preciso lembrar que Graciliano Ramos não está solidário com o protagonista do seu primeiro romance, um pobre-diabo fronteiro de categorias sociais, que não se enquadra em nenhuma ao aspirar sua integração nas dominantes. Valério não se adentra para conhecer-se, nem tampouco chega a indicar sobre questões de justiça na organização social. Isto cabe um pouco a Luísa (e muito a Madalena em *S. Bernardo*) mas sob um prisma de intuição ou caridade, devendo-se notar

que as mulheres não são os personagens relevantes de Graciliano Ramos.

Pela visão geral da obra, podemos avaliar o que significaram para o autor aqueles anos de espera para a edição de *Caetés*. A demora — que não se repetiu em relação aos romances posteriores — separou-o do texto, apesar de todas as refundições. Texto e autor progrediram desemparelhados e é possível que o livro tenha sido publicado já sob o travo de um imponderável desgosto. Anos mais tarde Graciliano Ramos haveria de classificar o seu romance como uma “porcaria” e dar o seu aparecimento como “consequência de uma leviandade”. (R. Morel Pinto, op. cit. p. 42).

Só a linguagem guardou alguns contornos de coisa definitiva — a sua própria e a dialogal. O que esta segunda vale como reivindicação social, tanto neste como nos demais romances, é coisa que ainda não foi estudada.

Consideramos a linguagem como uma propriedade do povo, que deve ser usada pelo artista e devolvida com juro de verdade e beleza. Tudo indica que Graciliano Ramos assim entendeu e êsse pagamento êle o realizou à sua maneira, isto é, — com uma verdade seletiva que busca o termo comum sem cair na vulgaridade e com uma beleza casta que evita, e mais que evita condena, o brilho dos adornos e sonoridades encantatórias. Conseguiu o milagre de escrever um português já considerado por muitos como clássico sem falsificar suas origens nordestinas, de harmonizar essas origens com a correção gramatical, duro e sério em sua convicção de que a língua falada e a língua escrita só diferem nas possibilidades desta quanto a limpeza, síntese, ordenação. Daí reivindicar pelo exemplo uma escrita literária que não se isole da língua falada.

A êsse respeito, como se não fôsse bastante a própria demonstração, tem afirmações contundentes. Eis o desabafo de um fazendeiro que encomenda sua biografia a um jornalista:

“— Vá para o inferno, Gondim. Você acanhalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale dessa forma!” (*S. Bernardo*, p. 9).

Eis um comentário de Luís da Silva sobre um jornal, em *Angústia*, p. 108:

“— É o que lhe digo. Não serve. A linguagem escrita

é uma safadeza que vocês inventaram para enganar a humanidade, em negócios ou com mentiras”.

Resta conservar a linguagem condenada quando o personagem exprima uma verdade linguístico-social: o tom parenético dos padres ou a literatice de jornalistas e bacharéis, conservados na própria vida cotidiana com propósitos depreciativos. O que importa é que falem e pensem dentro dos setores profissionais a que pertençam, em nome de uma realidade conhecida por todos. Graciliano Ramos compreende-a mas não a justifica, tanto que parte para a ironia e dos seus protagonistas o único com o qual não se solidariza é o de *Caetés* — literato de cidade do interior típico, produto de uma educação errada, a serviço dos mandatários da sociedade como um bôbo da Côte que se julgasse pelo menos ministro. Vende-se, a elogiar políticos inescrupulosos; mente, para alcançar vantagens pessoais; mas também se ilude cãndidamente com uma vida literária e sonhos que nada têm de comum com a sua vida rasteira. É o romancista frustrado a reconhecer que seria “incapaz de saber o que se passa na alma de um antropófago”, que nunca vira um índio caeté e que continuava tentando escrever um romance histórico, debaixo de fórmulas banidas, enquanto a vida se desenvolve a seus olhos com oferecimentos bem superiores, depois e por fim aproveitados.

Só nesta atitude de inegável reconhecimento de culpas é que o romancista sente-se ligado ao personagem, como mais tarde se sentirá permeável ao drama de *S. Bernardo*. Neste romance, o fazendeiro protagonista é o primeiro a merecer-lhe integral solidariedade, pela situação humana sem máscara e pela linguagem e pela linguagem adequada, de plebeísmos vigorosos. Este e não o jornalista é quem reivindica para o romance brasileiro a integração na vida através da palavra. É quem mostra o instinto saneador, a escolha, o extrato — enfim, o fundo crítico da escrita que de ordinário escapa quando se fala: “Essa conversa, é claro, não saiu de cabo a rabo como está no papel. Houve suspensões, repetições, mal-entendidos, incongruências, naturais quando a gente fala sem pensar que aquilo vai ser lido. Reproduzo o que acho interessante. Suprimi diversas passagens, modifiquei outras”. (p. 89).

As demais reivindicações contidas nos diálogos decorrem

de uma visão estraçalhante da vida segundo a qual explorados e exploradores se confundem na mesma mediocridade. Chega-se a lembrar o capítulo de Machado de Assis sobre um escravo que comprou outro negro para vingar-se nele dos vergalhos sofridos. A falta de consciência de classe entre os exploradores, tão típica do desenvolvimento pré-capitalista, dá-lhes um caráter feroz — e temos Paulo Honório (“o explorador feroz em que me transformei”, p. 218, *S. Bernardo*) a maltratar seus antigos iguais, ou o desalento nauseado de Luís da Silva em *Angústia* após insultar a noiva numa situação em que ela de tão humilhada não tinha qualquer meio de se defender. Nenhum desses protagonistas pensa em termos coletivos. A vida se resume em cada um passar para a esfera social superior. No romance em que isto não acontece porque o homem amplia seu horizonte até o futuro dos filhos — *Vidas Secas* — ainda aí a teoria do vergalho transferido aparece às claras: o soldado de polícia espanca o vaqueiro e este dá pontapés na cachorra, por não ter ninguém que lhe seja inferior na escala social... É todo um mundo de infelicidades a desfilar dentro da mira de um autor que se recusa a qualquer sensacionalismo, pedido de piedade, ênfase ou polêmica. Mundo como o de Machado de Assis: “a onça mata o novilho porque o raciocínio da onça é que ela deve viver, e se o novilho é tenro tanto melhor: eis o estatuto universal”. (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*).

Só a partir do segundo romance, Graciliano Ramos começa a solidarizar-se com os protagonistas. No “feroz explorador” Paulo Honório essa auto-conceituação e a própria redação do romance em primeira pessoa são indícios, como também o reconhecimento de algumas qualidades positivas no fazendeiro, que antes de se tornar senhor de terras fôra trabalhador de enxada e guia de cego. Em certa altura chega a colocá-lo, ainda pequeno proprietário, frente a um coronel antigo-regime. Bem compreendemos que a serpente velha está humilhando a serpente nova:

“ —Trabalhador alugado, hem? Não se incomode. O Fidélis, que hoje é senhor de engenho, e conceituado, furtou galinha.” (p. 33).

Aí está o embrião da luta de classes, no orgulho do velho

que não tem outro jeito se não aceitar a fôrça do arrivista, mas que procura envergonhá-lo atirando-lhe na cara a origem humilde do seu dinheiro. Paulo Honório sobe por si, pensando em si e transferindo vergastadas. Mas o coronel fala com o ressentimento de tradicionais preconceitos, de cima de um pedestal de privilégios agora ameaçados. O que se segue é a ascensão do servo e sua transformação em nôvo senhor feudal, enquanto alguns dos seus dependentes, inclusive a própria esposa, passam a oferecer-lhe resistência sob uma vaga noção de direitos sociais. O importante nessa resistência é que Madalena e o agregado Padilha se opõem buscando proveitos próprios e sim defendem os trabalhadores com a consciência de que êstes são elementos de outra classe.

Em consequência, os acontecimentos do romance podem ser entrevistados de outro ângulo. O desamparo do camponês exposto a uma velhice mantida pela caridade (p. 112), o problema ("A profissão é que me deu qualidades tão ruins", p. 221), a simples esmola de sobras — tudo isto tem duas faces, a de Paulo Honório e a de Padilha-Madalena. A terceira face, que seria a exigência de direitos pelos camponeses, sem intermediários e caracterizaria em definitivo a luta de classe apenas se deixa entrever, encoberta pela crosta da ignorância.

Nas últimas páginas de *S. Bernardo* Graciliano Ramos encontra um dos *leit-motivs* marcantes de sua obra: "Bichos. As criaturas que me serviram durante anos eram bichos". Depois, em *Angústia*, Luís da Silva se compara a um rato, a um bicho do mato. Por fim em *Vidas Sêcas* o crescendo atinge o quase inconcebível. Até então, dizendo-se bicho o homem tinha a consciência de estar se rebaixando. Mas o vaqueiro Fabiano vive em tal nível de pobreza, é tão desprovido de inteligência (um retardado mental?) que se compara a um bicho e ainda julga estar se enaltecendo. Ao dizer para si mesmo "Fabiano, você é um homem" (p. 22) estaca espantado do seu atrevimento e retira do fundo da natureza agreste estas palavras que lhe parecem a verdade retificada: "Você é um bicho, Fabiano". Depois orgulha-se do achado e diz para a cachorra: "Você é um bicho, Baleia".

Com Luís da Silva e Fabiano estamos cada vez mais fora das ambiguidades do mundo bacharelesco e do arrivismo social.

Sobretudo com Fabiano, produto secular da exploração, embrutecido a ponto de apenas pressentir pelo instinto seus direitos a uma vida melhor, sem que a consciência lhe sugira qualquer medida reivindicatória. Pouco lhe falta para ser um homem da Idade da Pedra, e no entanto Graciliano Ramos transfere-se para êle colocando-o no centro do romance e dando aos acontecimentos as dimensões do seu ponto de vista. Resulta então a falta de diálogo no romance, pela rusticidade dos personagens (que se comunicam por meias palavras, gestos grunhidos) e pelo admirável ritmo narrativo, a soldar no mesmo influxo o mundo interior e o mundo exterior, como nos diz Antônio Cândido em *Ficção e Confissão*, op. cit.

O que há de fato é um determinismo incutido de maneira atávica nos personagens, como toneladas de servidão carregadas às costas de gerações sucessivas — o que Floriano Gonçalves chamou "determinismo das fôrças estruturais da vida." Quando Fabiano diz a si mesmo "tenha paciência. Apanhar do govêrno não é desfeita" (p. 127) — está exprimindo uma subserviência a entidades quase sobrenaturais, porque êle não sabe o que é govêrno. Aceitá-la como um dogma é vitória da exploração e, para o explorado uma espécie de defesa da dignidade ofendida. Temos aí um parágrafo de exceção no código de honra consuetudinário dos sertanejos, onde consta igualmente que "cadeia foi feita para homem" e ainda, como um sonho de heroísmo — que homem não leva desafôro para casa. Tudo se acomoda pela terrível ambiguidade da frase para a manutenção da injustiça social: "apanhar do govêrno não é desfeita".

A submissão de Fabiano se mistura a um rancor de localização indeterminada, ligeira fenda no fatalismo atávico. Não se pode deixar de entender que alguma coisa em sua embotada natureza humana se revolta quando a entidade govêrno se materializa em um soldado franzino que o espanca. Depois parece acomodar-se:

"—Conversa. Dinheiro anda num cavalo e ninguém pode viver sem comer. Quem é do chão não se trepa". (p. 113).

Essa conformidade, que não é tanta — pois precisa se expressar em voz alta como um convencimento por repetição — aparece também em *S. Bernardo* e, se não no diálogo, em ou-

tras partes das demais obras. É a expressão de um estado de coisas aceitáveis pelos senhores, apesar da recalitrância subconsciente por parte dos servos.

Sete anos se passaram sobre a publicação do último romance de Graciliano Ramos e só então êle se filiou ao Partido Comunista: no mesmo ano em que começava a publicar suas memórias. Parece que lhe aconteceu, como a Paulo Honório, a necessidade de rememorar e pôr em escrito todo o acêrvo de acontecimentos e idéias que carregava dentro de si. Dos quatro romances, três indicam a necessidade da confissão posta no papel. Romancista e personagens parece coincidirem na necessidade de se reorganizarem para compreender a vida e dar-lhe um sentido, embora tardio. Escritor que estreou em idade madura; comunista que se filiou no fim da vida. Memorialista que deixou auto-biografia incompleta por ter começado a escrevê-la demasiado tarde; romancista que chegou ao romance pelo processo de ampliação de contos — que sentido tem essa série de protelações?

Desconfiança de tudo, talvez; ceticismo como barreira máxima para sua integração na sociedade, inclusive na ação partidária. “Sei lá se isso tem valor!” foi o seu eterno resmungo diante da vida.

CONVERGÊNCIAS DA PLANIFICAÇÃO ESTATAL E DA LIVRE EMPRÊSA

VAMIREH CHACON

Muito se tem falado, nos últimos tempos, no Mundo inteiro, em superação dos “ismos”. Quase sempre, porém, a questão é posta em termos emocionais: cada qual tenta negar o “ismo” alheio em nome do seu próprio, ou alegando um nôvo, do qual é evidentemente corifeu.

Vem até se tornando moda aplicar a palavra “ideologia”, e seus derivados, como pejorativos. A idéia, aliás, não é nova. Napoleão I costumava referir-se com desprezo aos “ideólogos” do seu tempo, isto é, a Destutt de Tracy, que cunhou a palavra, e aos seus companheiros.

E no caso da superação do “Capitalismo” e do Socialismo”, não falta quem celebre de véspera as exéquias, com os futuros finados ainda vivos e bolindo. Entretanto surgem no horizonte sinais prenunciadores da sua superação, que não se efetuará hoje, nem talvez amanhã, porém com certeza depois-de-amanhã. Até lá, não passará de uma profecia galiléica, e não um mero “wishful thinking”.

Nisto, também não haverá muita novidade, porque o próprio Marx disse que atravessámos ainda a Pré-História da Humanidade, anterior à suspirada sociedade sem classes, quando só então começaria a autêntica História, com o desenvolvimento pleno da capacidade humana, liberta das alienações.

Foi Djacir Menezes, quem se lembrou de mostrar aos brasileiros, em livro recente, a origem cem por cento em Marx da “novidade” da superação gerencial e tecnocrática dentro do próprio Capitalismo, embora sem liquidar a sua essência. Com efeito, lá está no III volume d’*O Capital*, tão elogiado e atacado e apesar disto, tão pouco lido: “A propriedade do capital é totalmente separada da função no processo capitalista de reprodução, como essa função na pessoa do diretor capitalista”. “As